

# O MODELO EDUCACIONAL DO CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO

Mércia Rodrigues Farias da Silva<sup>1</sup>  
Regina Célia Melo de Lima<sup>2</sup>  
Geraldo Barroso Filho<sup>3</sup>

## RESUMO

Estudo das características e especificidades do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, uma escola criada por um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, com a intenção de melhorar a qualidade do Ensino Público do Estado de Pernambuco. Foi realizado um estudo de caso, utilizando a coleta de dados e a análise documental. Como resultado da investigação, apresentamos um quadro panorâmico, resumindo os aportes teóricos que colocam este projeto no centro do debate educacional e interrogando sobre a possibilidade de uma prática educativa de caráter transformador no interior de redes públicas de ensino.

**Palavras-Chaves:** ensino público, democratização da educação, inovação educacional, qualidade de ensino.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu durante Curso de Pedagogia realizado na Universidade Federal de Pernambuco, particularmente nas aulas de observação da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, onde tivemos a oportunidade de conhecer a realidade educacional de diversas Escolas Públicas. Nelas, construímos um quadro de abandono da educação pública. Ao lado disso, contribuiu para este interesse o fato de uma das autoras poder trabalhar e acompanhar o cotidiano do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, uma escola criada pelo Governo do Estado de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura, visando “*experimentar um novo modelo de escola para jovens do Ensino Médio*”. (PROCENTRO,2004)

Assim, nosso empenho esteve voltado para verificar qual o significado atribuído a esse “novo modelo”, bem como entender se estávamos diante de uma experiência no interior da rede estadual de ensino ou, pelo contrário, feita a margem dela.

Nossos questionamentos nos levaram a fazer do CEEGP<sup>4</sup> nosso objeto de estudo, na busca de suas características e especificidades, enquanto uma instituição

---

1 Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. mrodrigues@pe.senai.br

2 Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. reginaceegp@yahoo.com.br

3 Professor do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação – Centro de Educação – UFPE. gebafi@gmail.com

4 Iremos, daqui por diante, sempre que nos referirmos ao Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano utilizar a sigla CEEGP.

escolar pública diferenciada, na qualidade de seu ensino e na sua estrutura de funcionamento.

Para isso, utilizamos o estudo de caso, por considerar este um método abrangente, que envolve o planejamento, a coleta e a análise dos dados (Triviños, 1987). Partimos, inicialmente, para a análise da documentação que regulamenta o funcionamento do CEEGP, buscando discriminar os principais elementos que norteavam este novo modelo educacional, cujas concepções pareciam inovadoras, na direção da melhoria da qualidade do ensino público.

Acreditamos que, com este estudo, poderíamos promover uma reflexão acerca do modelo educacional vigente e contribuir para se pensar na educação pública de outra forma.

## **HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

O Ginásio Pernambucano é uma das instituições de ensino mais antigas do Brasil, fundado em 9 de Fevereiro de 1825, por decreto do presidente da província de Pernambuco, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, com o nome de Liceu Provincial, funcionando nas dependências do Convento da Ordem Terceira do Carmo. Daí passou por diversos endereços e denominações, até que, em 1855, foi transformado em internato de educação pública e de instrução secundária, sob a denominação de Ginásio Pernambucano<sup>5</sup> e instalado, em 1866, em seu conhecido prédio da Rua da Aurora. Hoje, o Ginásio Pernambucano é a segunda escola em atividade mais antiga do país.

Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico (Condephaat) e considerado patrimônio da humanidade pelo UNESCO. A trajetória desta instituição é marcada por bastante prestígio (sua equiparação ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro é a confirmação disso). Tornou-se um emblema da Educação em nosso Estado. Seu ensino secundário era para a época, a expressão mais acabada de uma “escola pública de qualidade” (BARROSO FILHO, 1999).

---

<sup>5</sup> A partir de 1893, passou a chamar-se Instituto Benjamim Constant. Em 1899, o Instituto foi extinto, e a denominação voltou a ser Ginásio Pernambucano, até 1942, quando passou a ser denominado Colégio Pernambucano e, só depois de, Colégio Estadual de Pernambuco. A denominação Ginásio Pernambucano foi determinada pelo Decreto nº 3.432, de 31.12.1974.

Por tudo isso, o Ginásio Pernambucano tornou-se parte, sem dúvida alguma, da memória de gerações de muitos cidadãos pernambucanos. Nele estudaram grandes nomes da vida pública, política, intelectual e artística do Brasil, tais como: Eptácio Pessoa, Clarice Lispector, Ariano Suassuna, Agamenon Magalhães, Eraldo Gueiros, entre muitos outros.

Pelas bancas do GP passou parte considerável da elite política e intelectual de Pernambuco, desde o final do séc. XIX até os anos 60. Ele é apontado como um “celeiro de lideranças”, escola que formou nomes destacados na história social, cultural ou política do Estado de Pernambuco. (BARROSO FILHO, 1999, p. 165)

Seu papel na formação da educação pública de Pernambuco foi exemplo para a cultura pedagógica nacional. O reconhecimento do GP enquanto um centro de excelência era resultado do seu desempenho na preparação de estudantes para ingressar nas universidades.

Esse relevo, contudo, era característico de um tempo em que a escola pública, por ser pouca, era associada ao ensino de “qualidade”. O GP era uma escola voltada para os “privilegiados do saber”, aqueles que conseguiam passar pela barreira dos rigorosos processos seletivos de admissão e conseguiam desfrutar do ensino, reconhecido como “de qualidade” daquela instituição. O GP não era uma escola aberta para todos, e sim para poucos. Seu ensino de qualidade era decorrente dessa seletividade, que filtrava “os melhores” e fazia da escola pública um espaço exclusivo para “elites intelectuais”.

Esse elitismo passa a se defrontar, a partir dos anos de 1960, com os anseios sociais de mudanças, inclusive de democratização do ensino público. da democratização. Segundo Beisiegel (1986), a democratização equivale à progressiva extensão das oportunidades de acesso à escola a setores cada vez mais amplos da coletividade. Seguindo a mesma linha de pensamento, Florestan Fernandes (1966), entendia democratização como a distribuição eqüitativa das oportunidades educacionais.

Esse processo, denominado pelos educadores contemporâneos como democratização, popularização ou massificação, tinha como objetivo garantir o acesso indiscriminado da população às oportunidades educacionais, independentes de sua origem social, permitindo às camadas mais pobres o acesso a escola pública.

---

A democratização da escola foi um processo necessário, pois o pensamento liberal defendia que a escola era a única instituição capaz de possibilitar a acessão social para os mais pobres e, assim, reduzir as desigualdades sociais.

A ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos foi o primeiro benefício desse projeto de mudanças. Passamos a ter na escola pública pobres, negros, filhos de analfabetos, ou seja, pessoas que antes não encontravam lugar na escola pública daquele tempo.

Porém todo esse processo de expansão trouxe consigo uma grande crise. Pois, disseminar a escola pública, para alguns, significava também colocar em risco a qualidade da educação. Anísio Teixeira (1953, p. 32), por exemplo, mesmo defendendo a movimentação social pelo acesso a escola, criticava a “(...) *expansão desordenada e irrefletida das escolas (...) de tipo acadêmico (...)*” Isso porque, com a democratização houve a necessidade de multiplicar os turnos, reduzir a carga horária, contratar professores mal qualificados, além de acelerar o crescimento da rede física das escolas, o que ocasionou o imprevisto de prédios, sem infra-estrutura adequada. Estes fatores caracterizavam a crise que o ensino secundário passava no momento em que se massificava.

Florestam Fernandes (1966, p. 127), também criticava os rumos que essa expansão tomou. Segundo ele, “(...) *uma expansão predominantemente quantitativa, que está longe de ter germinado um sistema de ensino realmente democrático, em sua estrutura, na mentalidade dominante nas relações pedagógicas ou nos produtos dos processos educacionais*”. Assim, em vez de criar escolas novas, o Estado preferiu expandir a rede de ensino existente, tentando multiplicar o modelo educacional vigente nas velhas escolas.

Apesar de todas essas críticas, a democratização representou de qualquer forma um avanço. O acesso do povo à escola, antes destinada a uma elite, foi uma conquista social importante. .

Contudo, conciliar o padrão de qualidade das antigas escolas públicas, antes tão seletivas, com a presença maciça das camadas populares na escola, era o problema central do grande processo da democratização. Desta forma, o “*atendimento aos interesses populares, mesmo se tratando apenas de um fenômeno quantitativo, termina por sua vez, colocando em questão a qualidade do ensino que deveria vigorar nessas escolas*”. (BARROSO FILHO, 1999, p. 98)

Segundo comentário feito pelo Sr. Barreto Guimarães, ex-secretário de Educação do Estado de Pernambuco: “(...) *as multidões invadiram tudo e conseqüentemente, invadiram as escolas, que estão superlotadas, os professores com baixa remuneração e as próprias unidades escolares desequipadas de salas-ambiente, laboratórios, bibliotecas, museus, todo um suporte essencial à aprendizagem de qualquer natureza. A qualidade do ensino está sacrificada para se atender à quantidade.*” (JORNAL DO COMÉRCIO DO RECIFE, 18/02/76, destaque nosso)

Assim, podemos observar que os processos instituídos com o sentido de ampliar o acesso à escola e de garantir a permanência dos alunos se defrontaram com o modelo de educação de qualidade vigente.

O projeto – aparentemente irrealizável – é construir uma educação pública que seja, ao mesmo tempo, democrática (extensiva a todos, indistintamente) e portadora de uma determinada qualidade, que seja socialmente referenciada e distante da lógica excludente. Uma escola que consiga inserir as novas gerações num mundo inteiramente transformado e distante daquele que originou a sua universalização (BARROSO FILHO, 2005)

Porém, enquanto esse projeto não se concretiza, cria-se uma dualidade: de um lado uma escola para todos e do outro, uma escola para poucos. Uma a mercê de qualquer condição e a outra com todo o aparato necessário para desenvolver um ensino eficiente.

No cenário de universalização/democratização que se afirma à partir dos anos 1960, em que há um universo crescente de novas escolas e a quebra do padrão de qualidade do ensino, o Ginásio Pernambucano, símbolo da tradição pedagógica, do prestígio Recifense e referência de um ensino de qualidade, também irá sofrer seus abalos, perdendo progressivamente os elementos referenciais que faziam o prestígio de sua história. Transformada em mais uma, dentre centenas de outras escolas públicas, o velho GP será tragado pela “crise” do ensino público.

## **O NOVO GINÁSIO PERNAMBUCANO**

O projeto de um “novo GP” tem sua origem na iniciativa de um de seus ilustres ex-alunos, o Dr. Marcos Antônio Magalhães, na época presidente da PHILIPS. Após realizar uma visita casual a sua antiga Escola, se sensibilizou com o cenário de abandono pela qual a instituição passava e empenhou-se, a partir daí, em resgatar a excelência e a qualidade daquela escola pública.

“O que Marcos Magalhães viu foi o desencanto de um processo educativo em crise. O desalento ali pode ser caracterizado a nível pessoal dele, a nível

estadual pela queda de materialidade da educação pública e a nível nacional pelo descaso com sua própria história, com uma evidente queda de qualidade de ensino”.(PROCENTRO, 2004, p.24)

Desta iniciativa pessoal, partiu a vontade e expectativa de retomar o processo histórico tão reconhecido da antiga instituição. Para isso, o empresário, juntamente com um grupo de outros representantes empresariais da ABN, AMRO, CHESF e ODEBRECHT reuniram esforços, sob a forma co-responsabilidade social para devolver ao Ginásio Pernambuco o seu status de referência de qualidade de ensino público perdido ao longo das últimas décadas. Esse projeto, inicialmente, alcançaria apenas uma grande restauração física. Essa revitalização aconteceu através de um convênio de cooperação técnica e financeira com a Secretaria de Educação do Estado, perfazendo, segundo o Diário Oficial do Estado de Pernambuco, um investimento de *R\$ 4,5 milhões, no qual a contrapartida do Estado foi de R\$ 1 milhão.*

A restauração foi realizada em 2(dois) momentos. A primeira, entre 2000 e 2002, priorizou a recuperação, a modernização e a preservação das instalações físicas, sendo complementadas em 2003, com a restauração dos móveis e do acervo histórico da biblioteca, do museu e do salão nobre, e aquisição de mobiliário e modernos equipamentos para a biblioteca e para os laboratórios de informática e ciências.

O Governador Jarbas Vasconcelos, visitando em 2004 o Centro, ficou encantado com todas as dependências e com as obras, registrando que a recuperação do prédio preservou a estrutura original tornando o ambiente extremamente bonito e agradável. Participaram da visita, também, os secretários Mozart Neves (Educação e Cultura) e José Arlindo Soares (Desenvolvimento Social e Cidadania), além de Marcos Magalhães, presidente da PHILIPS na América Latina e também presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE).

O segundo momento da revitalização teve um outro caráter, pois buscava recuperar a “alma“ da instituição, através de um novo modelo de gestão e um novo modelo pedagógico. Este exemplo inovador incluía, além de um currículo fundamental regido pelas Diretrizes do Ministério da Educação e aplicado pela Secretaria de Educação do Estado, atividades extra-classes na qual o alunado teria contato direto com educadores capacitados e seriam expostos a temas e abordagem do contexto social, que contribuem para o planejamento de suas vidas e para o exercício pleno de sua cidadania.

A estratégia de atuação adotada desse novo modelo previa, também, a construção de uma rede regionalizada de outros Centros de Ensino Experimental, que

funcionariam como pólos irradiadores. O programa se propunha a oferecer um modelo alternativo para a rede pública de ensino, na qual cada nova unidade teria um desenvolvimento segundo características próprias de acordo com a região e a história de cada comunidade.

Tanto para a SEDUC (Secretaria de Educação) como para o ICE (Instituto de Co-responsabilidade pela Educação), os Centros representavam um modelo de ensino médio de qualidade a ser progressivamente adotado pelas demais escolas públicas.

Em julho de 2003, através do Decreto nº 25.596<sup>7</sup> de 01/07/2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/07/2003, foi oficializada a Criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), fundamentado no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20/12/1996, que permite *a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.*

Caberia ao CEEGP assumir o pioneirismo de **escola de excelência**. Funcionando na Rua da Aurora, na região central da cidade do Recife, em regime de tempo integral, das 7h30min às 17h (Regimento Interno, art. 6º). Criava-se, assim, uma instituição educativa de caráter experimental, pública e gratuita (idem, art. 5º), mantida pelo poder público estadual, com o apoio de parceiros governamentais e não governamentais (idem, art. 7º).

## **IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

A identidade de uma instituição está na missão a que se propõe, na visão de futuro, os valores e os objetivos que são propostos. Aqui, entendemos como visão, o imaginário da instituição acerca do futuro, a missão como a razão de ser da instituição; nela fica definida claramente o seu objetivo, a forma de servi-lo no âmbito da sua atuação, como um fim a ser atingindo.

A missão posta para o CEEGP é contribuir para a formação pessoal, social e produtiva da juventude, atuando no desenvolvimento do ensino médio pernambucano e brasileiro. Tem como meta ser conhecido e reconhecido regional e nacionalmente como um centro de referência na formação da juventude e na geração de processos e materiais

---

7 A Lei complementar nº 616/2008, publicado no Diário Oficial de 17/06/2008, cria o Programa de Educação Integral e redenomina Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) os atuais Centro de Ensino Experimental.

de suporte pedagógicos e gerenciais, todos voltados primordialmente para a melhoria do ensino médio das redes públicas.

Os documentos que instituem o CEEGP afirmam que a DEMOCRACIA é o caminho para os direitos individuais, a SOLIDARIEDADE é o instrumento para uma vida digna, a JUSTIÇA é o parâmetro de todas as relações interpessoais e sociais, a PARTICIPAÇÃO é a via de empoderamento das pessoas e da comunidade, a CRIATIVIDADE é a fonte de inovação e de melhoria da vida em todas as dimensões e a PERSISTÊNCIA é a busca pela excelência e pela qualidade.

Além disso, definem que a CO-RESPONSABILIDADE é a condição para o exercício do poder e do compartilhar, sendo necessário o ENGAJAMENTO e a ÉTICA de todos, despertando o ESPÍRITO CRÍTICO e a OUSADIA, apresentando tudo com TRANSPARÊNCIA. Esses são alguns valores que a instituição defende. Por fim, os objetivos nos apresentam o alvo geral e os alvos específicos que a instituição pretende atingir a partir do seu reordenamento político-institucional e pedagógico.

A responsabilidade social daquela instituição educativa diz respeito, então, centralmente, ao cumprimento, com qualidade e sentido social e público, de suas finalidades e seus objetivos essenciais: a formação (entendida como elevação humana em suas múltiplas dimensões), o desenvolvimento da sociedade democrática, e o aprofundamento dos valores primordiais da vida em sociedade, dentre os quais a solidariedade, a liberdade, a justiça e os direitos públicos.

Porém, a construção de um planejamento com definições claras e bem disseminadas em relação à missão, visão e valores dentro do estabelecimento, só é útil se a prática do dia a dia mostra e demonstra ser o conjunto de regras que regem a instituição.

Caso contrário, é pura perda de tempo, pois, se o que se diz e o que se prega, são diferentes do que se faz; a missão, a visão e os valores tornam-se somente um apanhado de letras, caindo no vazio da Escola, acentuando-se duas dimensões distintas, mas reais na organização escolar: a da desigualdade ou da inovação. Pois, sabe-se que existem muitas possibilidades da escola inovar, entretanto, existem também, grandes dificuldades dela assumir a sua própria identidade.

Na portaria SEDUC N°. 4593, de 03 de setembro de 2004, registra-se o objetivo principal do Centro de Ensino Experimental: *“resgatar a excelência do ensino médio no âmbito do Estado, contribuindo para a causa do Ensino Médio de Qualidade, Público e Gratuito”*.



Nela também, pode-se verificar os objetivos específicos, no qual uma das premissas é o protagonismo juvenil, ou seja, o jovem como ator principal em todas as ações da escola, em que busca-se a formação do jovem autônomo, solidário e produtivo.

Outros objetivos específicos são: investir na formação continuada dos educadores e demais servidores; utilizar a avaliação como instrumento de melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e da gestão; estimular e apoiar a produção didático-pedagógica dos professores, para ser utilizada na prática docente.

## **CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO NOVO GINÁSIO PERNAMBUCANO**

### **A) DOS PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DA ESCOLA**

O novo modelo pedagógico do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano - CEEGP está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na Constituição Federal e nos Parâmetros Nacionais Curriculares, além de se referenciar nas Resoluções da Conferência de JONTIEN e no Relatório de Jacques Delors, que diz respeito aos quatro pilares da educação.

Esse novo modelo pedagógico é baseado em três vertentes: educação acadêmica de qualidade; preparação do jovem para a vida e orientação profissional. É lugar comum dizer que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Qualidade é uma palavra polissêmica, ou seja, comporta diversos significados e por isso tem potencial para desencadear falsos consensos, na medida em que possibilita interpretações diferentes do seu significado segundo diferentes capacidades valorativas

No que se refere especificamente à área de educação, o que significa qualidade? O que significa uma educação de qualidade? Provavelmente, essa questão terá múltiplas respostas, segundo os valores, experiências e posição social dos sujeitos. Uma das formas para se apreender essas noções de qualidade é buscar os indicadores utilizados socialmente para aferi-la. Nessa perspectiva, a tensão entre qualidade e quantidade (acesso) tem sido o condicionador último da qualidade possível, ou, de outra forma, a quantidade (de escola) determina a qualidade (de educação) que se queira.

Os aspectos de ordem qualitativa na garantia e efetividade do direito à educação não foram desprezados pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 define como um dos princípios do ensino brasileiro a garantia de padrão de qualidade (inciso VII, art. 206), estabelece que a União deve garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade (art. 211, parágrafo 1º) e determina

vinculação de recursos por esfera administrativa a serem aplicados para a realização dessas finalidades (art. 212).

A LDB prescreve que o dever do Estado para a efetivação do direito à educação será concretizado mediante a garantia de "*padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem*" (inciso IX, art. 4º).

O problema da qualidade na educação é uma preocupação mundial que foi progressivamente tornando-se central no debate educacional a partir da década de 1940, quando tem início um processo significativo de expansão das oportunidades de escolarização da população (Hobsbawm, 1995). Contudo, o discurso da qualidade só começou a desenvolver-se, no Brasil e na América Latina, quando começou a ficar claro, para todos os que lutavam pela democratização da escola pública, que a simples garantia de acesso às oportunidades educacionais não assegurava qualidade ao ensino oferecido (Pablo Gentili, 1995)

Isso significa que a primeira noção de qualidade com a qual a sociedade brasileira aprendeu a conviver foi aquela da escola cujo acesso era insuficiente para atender a todos, pois o ensino era organizado para atender aos interesses e expectativas de uma minoria (Beisiegel, 1986). Portanto, a definição de qualidade estava dada pela possibilidade ou impossibilidade de acesso.

A qualidade, nesse caso, decorria fundamentalmente de rigorosos mecanismos de seleção extra e intra-escolares (Mello, 1979). Assim, quando nos deparamos com evocações saudosas da qualidade da escola do passado, há que se levar em conta que estamos falando de uma escola que já era diferenciada pela clientela atendida (Enguita, 1995).

A demanda pela ampliação de vagas era muito mais forte do que a reflexão sobre a forma que deveria assumir o processo educativo e as condições necessárias para a oferta de um ensino de qualidade. Foi a incorporação quase completa de todos à etapa obrigatória de escolarização que fez emergir o problema da qualidade em uma configuração inteiramente nova (Beisiegel, 1981).

A nova configuração que emerge da proposta educacional do CEEGP tem relação com esse processo. Seu eixo norteador é formar jovens autônomos, solidários e

produtivos, como sugere o Art. 2º da Lei 9394/96<sup>9</sup>. Ou seja, um(a) jovem com capacidade de desenvolver uma visão do seu próprio futuro e transformá-lo em realidade; um(a) aluno(a) que deverá ser convencido a assumir um compromisso com o seu futuro, pensar, refletir, realizar seu “projeto de vida”, decidir em relação a sua vida profissional e acadêmica.

O projeto pedagógico do CEEGP inspira-se em princípios filosóficos de igualdade de condições para acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; promoção do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância; gratuidade do ensino, com isenção de taxas e contribuições de toda e qualquer natureza; gestão democrática e colegiada, valorização do profissional da educação; garantia de uma educação básica de qualidade.

Com duração mínima de três anos, 1.800 horas anuais e 200 dias letivos, o projeto se compromete com a socialização e participação dos estudantes em uma sociedade em mudança, desenvolvendo a criatividade, o gosto pela investigação e pela descoberta, o espírito crítico, a capacidade de escolha, a expressão individual e coletiva e o exercício pleno de sua cidadania. O novo GP pretende proporcionar condições para a construção do conhecimento, através da utilização de métodos de investigação e de instrumentos de reflexão e produção, oportunizando a execução de projetos individuais e coletivos a fim de favorecer o desenvolvimento social de cada jovem.

Dessa forma, o currículo, enquanto instrumento da cidadania democrática, contempla conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitam o ser humano para a realização de atividade nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração dos jovens nas relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Nesse sentido a proposta curricular considera as orientações estabelecidas na LDB, artigo 26 (base nacional comum, a ser contemplada por uma parte diversificada, destinada a atender às características regionais e locais da sociedade).

Nessa perspectiva, além das disciplinas que constam na Matriz Curricular (Inglês e Espanhol), foi implementado o Espaço Aberto, tempo pedagógico de 2h/a semanais, com o objetivo de aprofundamento individual dos estudos ou enriquecimento

---

9 “A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdades e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

curricular. Além disso, utiliza a filosofia de gestão denominada TESE<sup>8</sup> (Tecnologia Empresarial Socioeducacional), como meta de apropriação de conceitos e elementos relativos à formação humana e construção do projeto de vida, contribuindo para construção de sua autonomia através do protagonismo juvenil, como também através de vivências com a instituição de grupos afins.

Outras atividades que fazem parte da prática pedagógica, são as atividades experimentais. Elas são utilizadas com a finalidade de aplicar a vivência dos conhecimentos na realidade, estabelecendo a relação teoria x prática, buscando articular as disciplinas envolvidas em ambientes específicos, tais como: laboratórios de línguas estrangeiras (desenvolvem o ensino dos idiomas), laboratório de informática (possibilita o acesso à linguagem informatizada), laboratórios de ciências (possibilita a elaboração, aplicação e avaliação de experimentos diversos nas áreas de biologia, química e física).

Além dos laboratórios, a Escola dispõe também, de um Museu de História Natural, chamado Louis Jacques Brunet<sup>9</sup> denominado assim, em homenagem ao seu antigo professor, um naturalista francês. O museu é um importante e reconhecido espaço pedagógico, que visa subsidiar a prática pedagógica docente e o fomento à pesquisa e investigação. Seu acervo museológico alcança a arqueologia, a botânica, a zoologia e a geologia.

Outro ponto a ser destacado, é que as salas de aulas são caracterizadas como espaços pedagógicos disciplinares, ou seja, são salas temáticas, ambientadas, equipadas de recursos audiovisuais, de acordo com as especificidades das áreas de conhecimento. As salas não se organizam por turmas A, B, C, mas sim por disciplinas (sala de química, sala de geografia), considerando assim, a peculiaridade de cada disciplina, favorecendo com isso, a presença dos elementos significativos das disciplinas nesses espaços. A escola, também conta com o acervo bibliográfico, o acesso à internet e a outras fontes de informações digitais disponíveis na biblioteca Olívio Montenegro<sup>10</sup>.

Sua avaliação busca promover o desenvolvimento integral do educando, assim contemplado nas quatro premissas apontadas pela UNESCO. No qual abrange o

---

8 Criada a partir da Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, adaptada a realidade da escola. Sendo assim denominada de TESE. É entendida como um instrumento de gestão que ensina o jovem a planejar e projetar o futuro de acordo com os seus objetivos de vida.

9 Brunet, médico, amador em História Natural, determinado viajante pela insólita caatinga de meados do século XIX, sem dúvida, foi naquele período um dos homens que mais contribuiu para o conhecimento científico de nosso Nordeste.

10 Montenegro, professor catedrático de História Universal, editou em 1943, as “Memórias do Ginásio Pernambucano”.

aprender a ser (as atitudes), o aprender a conviver (as vivências), o aprender a conhecer (aprender a aprender) e o aprender a fazer (habilidades).

Os resultados das aprendizagens são acompanhados durante o processo pelos educadores junto aos estudantes e nos Conselhos de Classe previstos para se realizarem cinco vezes durante o ano com características distintas: o primeiro com caráter de diagnóstico; o segundo, de acompanhamento; o terceiro, de avaliação do primeiro semestre e de encaminhamento para o segundo; o quarto, de acompanhamento; o quinto e último, de avaliação final do ano letivo.

A coordenação pedagógica oferece apoio pedagógico, psicológico e social, informando às famílias os resultados para que sejam garantidos o monitoramento e a intervenção de tais instâncias no processo de ensino / aprendizagem.

Por fim, ao término de cada semestre são emitidos pareceres que descrevem o processo de aquisição das aprendizagens articulado aos conteúdos trabalhados, bem como a frequência dos estudantes.

## **B) CONCEPÇÃO E FORMAS DE GESTÃO**

O novo modelo de gestão do CEEGP está definido como inovador. Sua concepção maior é que todos que compõem a escola precisam entendê-la, aceitá-la e praticá-la, tendo como interesse, não só a aprendizagem dos alunos, mas também, sua preparação para a vida e para o trabalho.

A palavra Gestão, do latim (*gestio-ōnis*) significa ato de gerir, gerência, administração (Ferreira, 2004). Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam e desafirmam os princípios sociais que as geram e que se destinam à promoção humana.

Nesse novo modelo, todos são responsáveis pela Educação. Os alunos têm o papel principal no seu autodesenvolvimento (protagonismo juvenil), os professores são coadjuvantes nesse processo, cabendo a eles, despertar em cada aluno as habilidades que eles têm. O gestor tem o papel de zelar para que o grau de qualificação do corpo docente seja o mais elevado possível, além de se preocupar com os valores humanistas dos alunos, considerando-os de acordo com as suas dimensões e totalidades (afetiva, cognitiva, emocional, cultural e social).

Hoje diversos países vêm promovendo reformas em seus sistemas educacionais, buscando torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania capaz de enfrentar a revolução tecnológica que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos, baseada na aquisição de conhecimento, na capacidade de processar e selecionar informações, na criatividade e na iniciativa (MELLO, 1993, p. 26).

No caso do CEEGP, este novo modelo de gestão é diferenciado por integrar, simultaneamente, diversos agentes:

**O governo do Estado**, responsável pelo custeio dos salários dos professores, equipe administrativa, alimentação, livros e uniformes, ou seja, recursos humanos, físicos e financeiros.

**O empresariado** que custeou outras despesas, garantindo os investimentos para as instalações físicas (bibliotecas, laboratórios, salas de informática etc.), além de implantar o novo modelo de gestão; os profissionais da iniciativa privada contribuem com a gestão a partir de suas habilidades em gerenciar, planejar, executar e administrar orçamentos.

A **comunidade educacional** formada por educadores e ex-alunos, que contribuíram com os conhecimentos acadêmicos.

E a **Classe Política** participando com o apoio e com a mobilização social em favor do Projeto.

Para efetivar essa integração, foi necessária uma ampla articulação entre organismos sociais e políticos para estruturar este novo modelo de gestão. Nele participaram: o **Pacto Comunitário Pró-Educação**, formado pelo Governo do Estado e empresas parceiras, a **Aliança Pernambucana para o Desenvolvimento da Educação**, composto por lideranças locais, ex-alunos, mídia e personalidades importantes da sociedade; **O Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação e o PROCENTRO** - Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental / SEDUC.

O modelo de gestão educacional vigente no CEEGP está fundado no vínculo da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) com o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), uma instituição privada sem fins lucrativos, formada por pessoas envolvidas com a causa da educação e com a visão de responsabilidade social. O instituto foi criado em outubro de 2002, sob a presidência do Dr. Marcos Antônio Magalhães, que tem se dedicado a firmar parcerias governamentais e não

governamentais, para dar sustentabilidade à expansão da oferta de Ensino Médio de qualidade para os jovens de Pernambuco.

Esta parceria foi firmada, por entender que a causa da educação, em especial do Ensino Médio, não deveria ser dever e responsabilidade apenas do Poder Público, mas entendida como um *Bem Comum*, bem de todos, de interesse público, implicando assim, na co-responsabilidade da sociedade.

É inquestionável que o *Bem Comum* não é monopólio do Estado, nem sua responsabilidade exclusiva. O que lhe cabe, principalmente, é ter a consciência da sua co-responsabilidade, sem que se reduza seu dever de conscientizar outros grandes atores econômicos e sociais. (PROCENTRO, 2004, p.25)

No modelo de gestão do CEEGP, estão estabelecidos princípios e diretrizes de uma parceria entre o setor público e entidades da sociedade civil na qual cada um possui sua independência, com regime próprio para gerir os recursos provenientes do Governo Estadual, da iniciativa privada e da comunidade. Para isso foi criado um **Conselho Gestor**, formado por um coordenador do Centro de Ensino Experimental, um representante da Secretaria de Educação e Cultura do Estado - SEDUC e representantes da sociedade civil (órgãos convenientes), com o intuito de acompanhar o trabalho da gestão escolar, assegurando sua universalidade e gratuidade, mas ao mesmo tempo, aperfeiçoando seus instrumentos e, sobretudo, melhoria de qualidade, com mecanismos de controle. Nesse processo, todos possuem metas a cumprir, a remuneração varia segundo o desempenho e as punições podem ser dadas para quem não alcançar os objetivos.

Portanto, a função do Gestor, de acordo com o seu Regimento, Art.79 é de coordenar e integrar o trabalho na escola e executar as decisões deliberadas pelo Conselho Gestor, apresentando anualmente, um relatório das atividades desenvolvidas. Considerando assim, o princípio da eficiência, que norteia toda a atividade administrativa, a qual impõe ao Gestor a utilização mais eficaz dos recursos públicos para o atendimento do interesse comum e a devida prestação de contas aos órgãos de controle e a sociedade.

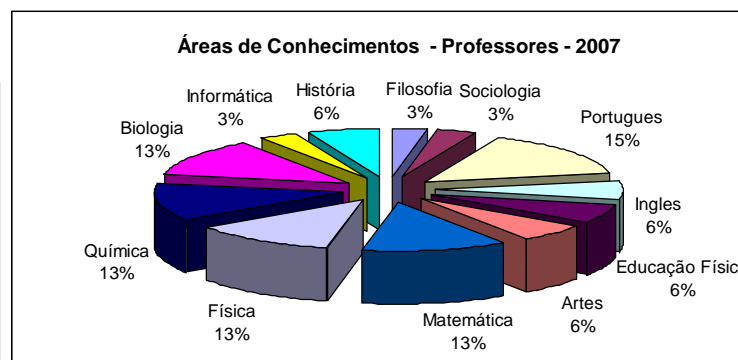
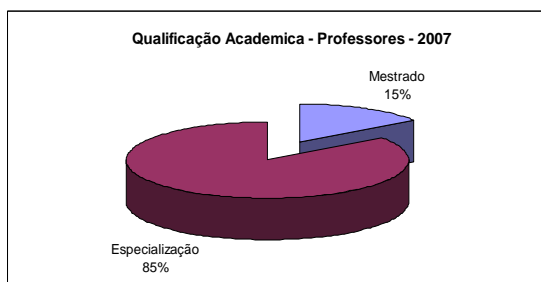
Busca-se, dessa maneira, a concepção, o planejamento e a execução, como um conjunto de ações no sentido da melhoria da oferta e qualidade do ensino médio do Estado de Pernambuco.

### C) CORPO DOCENTE

Entre os objetivos do CEEGP, estava resgatar a dignidade do professor e a valorização do ensino como resultado do aprendizado e desenvolvimento dos jovens. Para isso, a SEDUC, de acordo com a sua Portaria N°. 4593/2004 passou a realizar um processo seletivo (prova de conhecimento específico e análise curricular), feita com os próprios professores da rede estadual, desde que estes sejam graduados com licenciatura plena e possuam cursos de especialização, mestrado ou doutorado em área correlata à disciplina lecionada. (Art. 12 – Inciso II)

Entre as normas, os professores deveriam ter disponibilidade de carga horária para cumprimento do regime de trabalho de 40 horas-aulas semanais, com regime de jornada ampliada. Em função desta dedicação exclusiva, o professor do CEEGP, adquiriria o direito a uma bolsa complementar de responsabilidade das instituições parceiras, no valor proporcional aos seus vencimentos, o que resultaria em aumento salarial de, até, 125%.

Os gráficos seguintes demonstram que o quadro docente deste Centro é bastante diferenciado no que se refere a mínima formação acadêmica para regência, com 85% do corpo docente formado por especialistas e 15% de mestres.



Fonte: Relatório de Gestão 2006/2007

Os professores aqui classificados são submetidos à avaliação qualitativa anual de atuação e produção docente, recebendo um incentivo pelo desempenho de até 30% sobre o seu salário, para os que atingirem 100% de satisfação, ou sendo transferidos a qualquer tempo, caso não atendam aos critérios de avaliação propostos pela a unidade. (Art. 12 – Inciso III).

Dentre os indicadores pelas quais os professores são avaliados, estão: Evolução do índice geral de aproveitamento dos alunos no Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco – Saepe; Índice de aprovação dos alunos em relação ao desempenho da



instituição; Avaliação externa aplicadas aos estudantes, baseadas em vestibulares anteriores; Índice de aprovação dos alunos em relação ao desempenho do professor e Participação em atividades com os alunos (por exemplo, feiras de Ciências).

Na intenção de garantir a efetiva compreensão, apropriação e aplicação da pedagogia adotada pelo modelo de ensino, os professores comprometem-se com a política de capacitação continuada, que visa qualificá-lo para o exercício da docência, contribuindo assim, para a concretização dos princípios estruturadores da proposta pedagógica da escola.

Na portaria SEDUC Nº. 4593/2004 registra-se que o professor deve possuir capacidade de trabalhar juntos aos alunos, na atividade docente e nas práticas e vivências do dia-a-dia, além de sistematizar experiências vividas e produzir material didático-pedagógico. O mesmo deve estar preparado para formar outros educadores que atuarão em outras escolas do Estado.

#### **D) CORPO DISCENTE**

O ingresso de estudantes no CEEGP, já passou por dois métodos de procedimentos de seleção, desde sua inauguração.

O primeiro ocorreu no início de sua implantação, em 2004 e 2005, no qual o processo seletivo era baseado na seleção de alunos da Rede Pública por meio de mérito (histórico escolar), ou seja, apenas os alunos com maior índice de aproveitamento escolar no ensino fundamental cursadas em escolas públicas, eram selecionados para compor o corpo discente da Escola.

Neste caso, o corpo discente, principal foco de resultados, seria formado por adolescentes provenientes da Rede de Ensino Público Estadual que, além dos critérios de acesso e permanência estabelecidos nos instrumentos legais, atenderiam as exigências abaixo:

- I – tenham completado com êxito a 8ª série do Ensino Fundamental;
- II – disponham de horário integral;
- III – demonstrem desempenho escolar dentro dos padrões exigidos;
- IV – assumam o compromisso de elaborar um plano de vida, um plano de carreira e um plano de ação para cada ano letivo;
- V – elaborem ao final de cada ano um relatório de auto-avaliação de seu desempenho pessoal, acadêmico e social.

(Art. 14 - Portaria SEDUC Nº. 4593 de 03 de Setembro de 2004)

Contudo, por injunção de caráter legal do Ministério Público, foram modificados esses critérios de seleção. Assim, no segundo momento, a partir de 2006, realizou-se um processo seletivo obedecendo ao artigo 206, da Constituição Federal de 1988, que garante o princípio da universalidade e igualdade para acesso e permanência a todos, e a lei nº. 8.069/90, artigo 53, inciso V (Estatuto da Criança e do Adolescente), no qual destaca que o acesso a Escola pública e gratuita deve ser garantido pela proximidade à residência dos estudantes.

Desta forma, os alunos são recrutados dentro de uma determinada região devidamente demarcada, na qual o CEEGP se insere. Não existe restrição de idade (variando entre 15 a 24 anos) e a matrícula do aluno está condicionada apenas a:

I – Ter concluído o Ensino Fundamental

II– Aceitação e disponibilidade de horário integral, expresso pelo aluno de maior ou pelo seu responsável quando de menor.

O aluno após realização de sua matrícula passa a usufruir dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.

Nos primeiros 6(seis) meses os alunos passam por uma fase inicial de nivelamento, para superar as lacunas mais graves de sua formação prévia e enfrentar com sucesso os desafios do nível de ensino proporcionado pelo Centro. Os alunos com mais dificuldades recebem apoio em disciplinas específicas e reforço adicional no ano seguinte.

Outro aspecto importante desse momento é a familiarização do aluno com a cultura da co-responsabilidade e do protagonismo juvenil. Durante esta fase os alunos aprendem sobre a filosofia educacional e gerencial do modelo escolar, bem como elaboram o seu projeto de vida, assumem compromissos, estabelecem metas e se engajam nos projetos extracurriculares, investindo na sua formação profissional e em atividades de empreendedorismo.

O apoio psico-social-pedagógico é um dos instrumentos utilizados no CEEGP para assegurar as condições básicas necessárias para aprendizagem do aluno. O controle da frequência, rendimentos e atrasos fazem parte da prática dessa equipe qualificada na área da Psicologia Escolar e Serviço Social.

Outros benefícios que podem ser aqui citados é o recebimento do material didático escolar prescrito para cada série (livros didáticos), bem como o fardamento escolar (camisa diária e camisa e bermuda para as práticas das aulas de Educação Física), além da alimentação, com direito ao café da manhã, almoço e lanche, e em alguns casos o auxílio ao transporte escolar<sup>13</sup>.

Os estudantes ainda têm assegurados, o direito de organizar-se livremente em Associações, Entidades e Grupos Juvenis, devendo a escola garantir o espaço e condições para esta organização.

## **E) OS RESULTADOS**

De acordo com o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, **CONQUISTA** é a palavra que resume os resultados alcançados pelo CEEGP, após a implantação da escola sob a nova gestão educacional e sob a nova estrutura pedagógica.

A conclusão de seus primeiros alunos no ensino médio aconteceu em 2006. Os mesmos foram aprovados em exames vestibulares, de instituições públicas e privadas tendo inclusive, alguns, conquistado as primeiras colocações. Dos 240 inscritos, nos vestibulares de 2006/2007 da UFPE, 155 foram aprovados na 1ª fase, o que representa 64%, e 56 foram aprovados na 2ª fase, resultando em 36% de aprovação. Na UPE foram 75 inscritos dos quais 45 aprovados (60%), o mesmo percentual de aprovação aconteceu na UNICAP, dos 23 inscritos, 14 foram aprovados, o que resultou em 60% de aprovação. (Maiores informações ver anexo 1 – Relatório de Gestão 2006/2007).

As inovações implementadas no CEEGP trouxeram resultados satisfatórios também no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio - em 2007, já que os seus alunos conquistaram notas elevadas. A média do CEEGP foi 62, enquanto Pernambuco registrou 53, e o Brasil, 54.

Conforme (Magalhães, 2008, p.12) *“professores capacitados, periodicamente avaliados e remunerados por desempenho; pais preparados como co-educadores familiares e participantes da vida escolar; uma pedagogia voltada para a preparação do jovem, segundo seu Projeto de Vida; um modelo de co-gestão escolar, por meio de parceria público-privada; uma infra-estrutura escolar completa; além disso, três refeições diárias, livros didáticos, fardamento e transporte gratuitos”* colocam este modelo no centro da qualidade de ensino.

---

13 Esse item parece contraditório, pois, em tese, todos os alunos do CEEGP deveriam residir nos seus arredores.....

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada e que resultou na produção desse texto buscou identificar as características e especificidades do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP). Nessa direção, nos cabia enumerar os fatores que fazem desta instituição uma escola pública diferenciada na qualidade de seu ensino e na sua estrutura de funcionamento, um modelo escolar alternativo na rede pública estadual de ensino.

Analisando a documentação que regulamenta o funcionamento do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano constatamos que esse novo modelo assegura o caráter público da instituição através da gratuidade absoluta e do emprego exclusivo de professores do quadro de concursados da SEDUC. No entanto, ali se desenvolve um projeto de inovação pedagógica em termos de conteúdo, método, gestão, material didático, tecnologia e aperfeiçoamento de educadores.

Os principais elementos que norteiam este novo modelo educacional consistem em: professores capacitados periodicamente, avaliados e remunerados por desempenho, pedagogia voltada para a preparação do jovem, segundo seu Projeto de Vida, um modelo de co-gestão escolar por meio de parceria público-privada, infra-estrutura escolar completa (museu, biblioteca, salas temáticas, laboratórios). Além de três refeições diárias, livros didáticos, fardamento e transporte gratuitos.

Este modelo, revigorado como uma nova forma de atuação do setor privado é mantido pelo pacto de co-responsabilidade social, uma parceria firmada entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Instituto de Co-Responsabilidade Pela Educação.

O CEEGP a partir do seu modelo experimental ousou nessa nova concepção de gestão, por acreditar que a iniciativa privada assegura o aumento da eficiência dos serviços sociais prestados ou fomentados pelo Estado, para atender melhor ao cidadão. Sua justificativa para este modelo está no caráter técnico, pontuado nos critérios de modernização, desburocratização e combate à ineficiência do Estado, correspondendo ao conceito de “nova gestão pública”.

Assim, o próprio CEEGP, formula políticas públicas. Entretanto, à regulamentação futura destas, espera-se que sejam políticas educativas do espaço

público, tarefa do Estado, pois, como afirma Robert B. Reich<sup>11</sup>, *as doações e os serviços sociais prestados pelas empresas não devem substituir a ação que os governos de nações que se julgam avançadas devem prover à população*". Esta referência se dá pelo pensamento errôneo que grande parte da população acredita, ao achar que o Estado não tem "condições" de oferecer uma Educação de Qualidade, proveniente dos impostos que arrecada, sendo algo normal ou desejável que a iniciativa privada se apodere disso.

Como observa Frigotto (1996), a tese central do neoliberalismo é de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pelos privilégios e pela ineficiência. O mercado e o setor privado são sinônimos de eficiência, de qualidade e de equidade. A solução torna-se, então, o Estado mínimo. Ou seja, *O Estado que absorvia e centralizava as funções por conta das forças do Neoliberalismo passa a diminuir o seu papel interventor e centralizador, sendo esta a nova face do capitalismo que emerge após a Segunda Guerra Mundial*. (BARCELAR, 1997, p. 27). O neoliberalismo veio propor uma mudança no papel do Estado, sustentando que o mercado deveria substituir a política, e que, portanto o Estado mínimo deveria suceder o Estado de Bem Estar.

Porém, sobre a competência de educar, há consenso de que cabe ao Estado orientá-la, por este representar a vontade integradora da nação e também porque a vida moderna adquiriu complexidade tal, que a família não tem mais condições de educar seus filhos sem apoio complementar. É o Estado que traça os rumos da educação.

Uma concepção moderna de democracia admite que só a expansão da escola pública pode garantir as mesmas chances educativas para todos os cidadãos brasileiros. Nessa concepção, a Escola Pública passa a ser vista como única instituição capaz de formar a todos, independentemente das diferenças existentes.

Notamos que não é necessário propriamente, redefinir o papel do Estado na sociedade, mas é importante ter discernimento para aceitar as ações de responsabilidade social das empresas, que nem sempre propõem o bem estar de uma minoria. Afinal, o que queremos com essas parcerias?

Um Estado democrático de direito tem por obrigação assegurar a educação de qualidade a todos, como direito social. Não podemos negar o papel do Estado, legitimado por nós mesmos. Assim, ressaltamos o cuidado que as instituições educativas deverão ter/resistir às privatizações, onde se desloca à educação da esfera do Estado, para a esfera privada e deprecia-se a escola como formadora de cidadania.

---

<sup>11</sup> Professor de políticas públicas da Universidade da Califórnia.

Não há, contudo, qualquer pretensão de esgotar essa discussão, mas de refletir sobre outras questões, como a possibilidade de uma escola de qualidade para todos. Entretanto, para responder a essa questão, se faz necessário entender a relação da democratização e a qualidade do ensino.

A acelerada e necessária democratização da escola pública em finais do século XX tem enormes impactos no sistema como um todo e é de grande significado para a qualidade da escola. Em muitos dos diagnósticos para a chamada “queda de qualidade da escola pública” no Brasil, está presente, quase sempre, a idéia de que a mesma piorou à medida que os mais pobres a ela tiveram acesso. Isto é apenas parte da verdade, porque a escola pública que existia no Brasil antes da massificação do ensino, já era uma escola de qualidade para poucos (seletiva, elitista). Para a maioria, era uma escola de péssima qualidade.

Os novos desafios educacionais para o século XXI trazem consigo a necessidade de uma educação de qualidade para todos, pois todos estão tomando consciência de que a educação de qualidade é um direito inalienável, e que **nenhuma forma de educação excludente merece ser qualificada como de excelência.**

A educação é hoje uma prioridade revisada no mundo inteiro. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania.

Fala-se muito em **cenários, panoramas, representação de paisagens** possíveis para a educação. Todas essas palavras, de mesmo significado, indicam direções ou estratégias que permitem ser adotadas e, até mesmo, adaptadas, de acordo cada ambiente escolar. Elas designam expectativas e anseios que podem ser captados, capturados, sistematizados e colocados em evidência.

Os padrões básicos de qualidade devem ser oferecidos para **todas as escolas** e para **todos os alunos**. A política de expansão da rede física deve, portanto, **estar prioritariamente voltada a dar mais qualidade às vagas existentes**. Isso quer dizer, **manter, conservar e criar nas escolas existentes**, espaços mais adequados ao ensino.

A dificuldade evidente em estabelecer um padrão universal de ensino de qualidade, que possa ser instituído, ao mesmo tempo, em todas as escolas das redes públicas de ensino, explica a existência, que parece anômala, do CEEGP. Sua presença evidencia a segmentação do sistema de ensino em, de um lado, centros de excelência e, de outro, as escolas públicas “comuns”, desprovidas de mínimas condições de

funcionamento. A sociedade e o Estado devem interferir para que a situação precária da maioria das escolas dos sistemas de ensino público seja superada e que se possa equalizar de fato a qualidade das oportunidades de aprendizagem.

Experiências com novos modelos educacionais serão úteis e importantes se, ao mesmo tempo, houver uma atuação séria nas escolas já existentes. Caso contrário, mesmo quando destinado às populações de baixa renda, essas experiências só farão dividir os alunos em pobres de primeira e pobres de segunda categoria. Os primeiros, freqüentando uma escola de tempo integral, os demais, uma escola de qualquer tempo.

Enfim, é viável adotar esse modelo de escola de tempo integral com professores mais bem treinados e melhor remunerados em todo o país e para todos os alunos? No nosso entendimento, parece ser este o grande desafio atual, no que diz respeito ao direito à educação escolar: fazer com que ela seja, além de garantida e efetivada por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Compreendendo que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social.

Devemos, porém, enfatizar que não existe um modelo único para a escola de qualidade. Qualidade é um conceito ativo, que deve ser construído e reconstruído continuamente. Cada escola deve ter autonomia para refletir, indicar e atuar no caminho e encontro da qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO FILHO, Geraldo. **Memórias Escolares do Recife: o Ginásio Pernambucano nos anos 50**. Tese de doutoramento em educação. Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Discursos educacionais e a construção de uma escola pública “popular”: registros de um projeto inconcluso. Texto de estudo elaborado para a disciplina EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, oferecida, no primeiro semestre letivo de 2005, no programa de pós-graduação em educação da UFPE. Recife, UFPE, 2005.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris, (org.) *História geral da civilização brasileira* — III. O Brasil republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum**. ANDE, *Revista da Associação Nacional de Educação*, 1981.

COSTA, Antônio Carlos Gomes; DUARTE, Cláudio Nunes. **A responsabilidade social das empresas**. Modus Faciendi - Agência de Responsabilidade Social e Educação Empresarial, Escolar e Comunitária. Belo Horizonte, 2002.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

ENGUITA, Mariano. **O discurso da qualidade e a qualidade do discurso**, (1995). In: Gentili, Pablo, Silva, Tomáz Tadeu da (orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1966.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela de S. (orgs). **Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos**. 4.ed. São Paulo: Ed.Cortez, 2004.

FRIGOTTO, G. **Os delírios da razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. São Paulo: Cortez, 1996

GENTILI, Pablo. **O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional**. In: Gentili, Pablo, Silva, Tomaz Tadeu da (orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1989**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995



MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova** / Marcos Magalhães. – São Paulo: Albatroz: Loqui, 2008. 136p.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais no terceiro milênio**. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

MELLO, Guiomar Namó de. **Fatores intra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1º grau**. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 1, nº 2, 1979

PROCENTRO – **Um acaso, que virou um caso, que virou uma causa. Um novo modo de ver, sentir e cuidar da juventude**. ICE - Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação e o Governo de Pernambuco Secretaria de Educação e Cultura, 2006.

ROBERT B. REICH, **The Transformation of Business, Democracy, and Everyday Life** (em tradução livre "Supercapitalismo - A transformação dos negócios, da democracia e da vida cotidiana", ainda não lançada no Brasil).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 12.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1990.

TEIXEIRA, Anísio. **A Crise educacional brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 19, n. 49, jan/mar, 1953.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 20 de dezembro de 1996. Brasília: *Diário Oficial da União*, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - EDIÇÃO DE 30.09.2003

JORNAL DO COMÉRCIO DO RECIFE – EDIÇÃO DE 18.02.76

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 25.596, DE 01 DE JULHO DE 2003. *Cria o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, e dá outras providências*.

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 26.307, 15 DE JANEIRO DE 2004. *Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências*.

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 28.975, DE 06 DE MARÇO DE 2006. *Regulamenta a Lei nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a implantação e funcionamento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências.*

PERNAMBUCO. LEI COMPLEMENTAR Nº 616, DE 17 DE JUNHO DE 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências

PERNAMBUCO. LEI Nº 12.965, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005. Dispõe sobre a implantação e funcionamento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências.

PERNAMBUCO. PORTARIA SEDUC Nº 4593 DE 03 DE SETEMBRO DE 2004. Estabelece as características e especificidade dos Centros de Ensino Experimental.

PROPOSTA PEDAGÓGICA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO, 2006.

REGIMENTO DO CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO, 2003.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006/2007 - CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO/ICE – INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO.